

EXPLORAÇÃO *Menores de 14 anos vivem drama no Brasil, que não cumpre determinações contrárias ao trabalho precoce*

Crianças deixam escolas para trabalhar

Fotos Jorge Araujo/Folha Imagem

ARI CIPOLA
da Agência Folha

DANIELA FALCÃO
da Sucursal de Brasília

Cerca de 8,8 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, trabalham no país.

Dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar) de 95 indicam que o número de crianças entre 5 e 14 anos que trabalham chega a 3,8 milhões (veja quadro na pág. ao lado).

Essa realidade contraria artigos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Convenção 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que vetam trabalho para menores de 14 anos.

O campo abriga a maioria dos trabalhadores. Mais da metade das crianças entre 10 e 14 anos que trabalham estão na agricultura.

São Paulo é o único Estado do país em que a maioria dos trabalhadores entre 5 e 9 anos não vive de atividades agrícolas.

Boa parte das crianças que trabalham no Brasil não é remunerada (54,7%). Os trabalhadores mirins recebem em média 20% do salário mínimo por mês (R\$ 22,40). No Nordeste, o rendimento médio mensal das crianças é ainda menor: cerca de R\$ 11,00.

Um dos aspectos mais negativos

do trabalho infanto-juvenil é o abandono da escola.

Como são submetidos a longas jornadas — 31% das crianças entre 10 e 14 anos trabalham mais de 40 horas por semana —, boa parte delas não consegue conciliar estudo e emprego.

Apenas 2 em cada 3 crianças nordestinas têm como atividade exclusiva os estudos e 12,7% só trabalham. No Sudeste, 6,6% trabalham em vez de estudar.

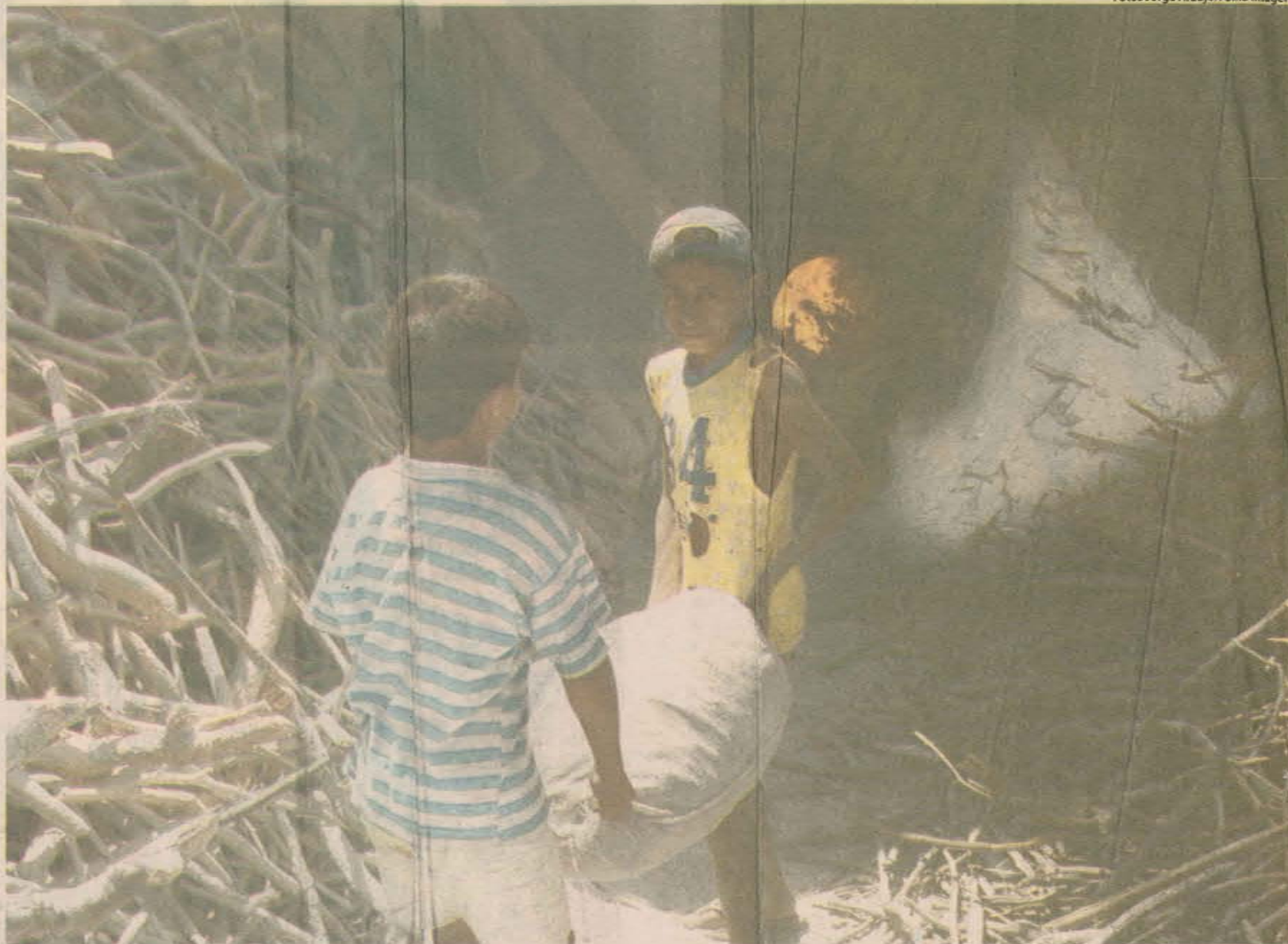
Em três dias de viagem pelas cidades de Araripina, Ouricuri, Ipubi e Trindade, todas na região denominada de “Sertão do Araripe”, no oeste pernambucano, a reportagem da Agência Folha encontrou crianças trabalhando pela sobrevivência e à margem dos direitos internacionais, entre eles, o de estudar e brincar.

Parte dos meninos não foi sequer contada ou identificada oficialmente pelo governo. Um em cada três não tem nem mesmo registro de nascimento.

A região do Araripe é o principal pólo de desenvolvimento do sertão brasileiro, onde o governo federal financiou R\$ 100 milhões para investimentos industriais.

O Araripe produz 95% do gesso consumido no Brasil.

“Nos números, a região é o céu. Mas a barbárie equivale à da Europa antes da revolução industrial”, afirma Salomão Jacó, secretário de Saúde de Araripina e único perito médico da Justiça do Trabalho da região.



Com a ajuda de um colega, o menino Tassiano Oliveira, 13 (de boné), carrega um sacode carvão para levar ao forno de fábrica de gesso

Pólo do gesso cresce com exploração

da Agência Folha, no Sertão do Araripe

A miséria sertaneja, aliada ao crescimento desordenado da produção de gesso no sertão pernambucano, está produzindo um foco de exploração ilegal de mão-de-obra de adolescentes no país.

Apesar da proibição contida no Estatuto da Infância e Adolescência para trabalho de menores de 18 anos em profissões penosas, insalubres e perigosas, dezenas de adolescentes entre 14 e 17 anos trabalham carregando e quebrando minério e placas de gesso.

Eles respiram o pó branco e contaminador do gesso, que os impregna. Fazem um trabalho pesado, "tão pesado que só analfabeto quer fazer", segundo define o presidente do Sindicato dos Empregados do Gesso de Pernambuco, Josias Inojosa.

Nas quatro cidades produtoras de 95% do gesso brasileiro — Ipubi, Trindade, Ouricuri e Araripina — não há instituição ou órgão público que conheça índices de saúde sobre o trabalho de adultos e

insalubridade.

Segundo o médico do trabalho, secretário de Saúde de Araripina e perito do Ministério do Trabalho, Salomão Jacó, o barulho das máquinas antigas das calcinadoras e o choque térmico dos trabalhadores são outras fontes de problemas de saúde na região.

Como os adultos, os adolescentes trabalham sem capacete, protetores auriculares, óculos, máscaras, luvas, aventais isolantes térmicos e botas. Essa realidade foi constatada pela Agência Folha em 8 das 56 calcinadoras do Araripe.

Claudinei de Souza, 17, usa um suposto bom argumento para estar carregando meia tonelada de placas de gesso por dia em uma fábrica de Araripina.

"Antes de trabalhar aqui eu fazia de tudo na roça. Um trabalho menos pesado do que esse. Só que eu nunca pegava em dinheiro. Aqui, eu tiro R\$ 45,00 por semana."

Em Trindade, médicos cubanos que desenvolvem o trabalho de saúde familiar, consultando pessoas de casa em casa, afirmam que



Crianças descendentes de holandeses enegrecidas pelo carvão

Pequeno fazendeiro explora os filhos

Menino de olaria só sabe primeiro nome

da Agência Folha, no Sertão do Araripe

Dono de um nome incomum, Agean, 15, produz 500 tijolos por dia em uma olaria rudimentar de Araripina (PE) para receber R\$ 50,00 por mês, menos da metade do salário mínimo vigente no país, que é de R\$ 112,00.

A exploração, o sol, a seca, a ignorância por nunca ter ido à escola, tiram a memória do rapaz, que não sabe seu próprio sobrenome e não tem registro de nascimento.

Agean só existe para sua família, para o dono da precária e pequena olaria e para o dono do boteco onde toma pinga.

Por falta de registro, ele não é considerado cidadão pernambucano, nordestino nem do Brasil. Está oficialmente fora do mundo. Seu mundo é a margem da BR-232, quilômetro 530, onde está a olaria, e o trecho de dois quilômetros de caatinga que liga o local de trabalho até sua casa.

Como tantos moradores do Sertão do Araripe, Agean é um cidadão sem pátria. O amassa-barro. O faz-tijolo. Leia trecho da conversa da Agência Folha com Agean:

Agência Folha - Como é seu no-

me?

Agean - Agean.

Agência Folha - O nome inteiro?

Agean - Só sei Agean.

Agência Folha - Lembra o nome do seu pai inteiro?

Agean - Só sei que ele chama Zé.

Agência Folha - Você está na escola?

Agean - Nunca fui, não.

Agência Folha - Quanto você recebe pelo trabalho?

Agean - O homem me paga R\$ 2,00 para cada 500 tijolos que faço no dia.

Agência Folha - Dá para fazer mais de 500 tijolos por dia usando formas de apenas cinco tijolos?

Agean - Dá, não. Só faço 500 mesmo por dia.

Agência Folha - O que você faz com o dinheiro?

Agean - Dou quase tudo para a mãe e o resto tomo umas pingas.

Agência Folha - Você acredita em Deus?

Agean - Só posso acreditar nele.

Agência Folha - Se não tivesse de trabalhar, o que gostaria de fazer?

Agean - Queria ser jogador de futebol.

OUTROLADO

Trabalho é coisa de 'imbecil'

da Agência Folha, no Sertão do Araripe

ser de 56%, até o ano 2000.

Com isso, os produtores lo-

exploração

da Agência Folha, no Sertão do Araripe

A miséria sertaneja, aliada ao crescimento desordenado da produção de gesso no sertão pernambucano, está produzindo um foco de exploração ilegal de mão-de-obra de adolescentes no país.

Apesar da proibição contida no Estatuto da Infância e Adolescência para trabalho de menores de 18 anos em profissões penosas, insalubres e perigosas, dezenas de adolescentes entre 14 e 17 anos trabalham carregando e quebrando minério e placas de gesso.

Eles respiram o pó branco e contaminador do gesso, que os impregna. Fazem um trabalho pesado, "tão pesado que só analfabeto quer fazer", segundo define o presidente do Sindicato dos Empresários do Gesso de Pernambuco, Josias Inojosa.

Nas quatro cidades produtoras de 95% do gesso brasileiro — Ipubi, Trindade, Ouricuri e Araripina — não há instituição ou órgão público que conheça índices de saúde sobre o trabalho de adultos e adolescentes nas minas, calcinadoras e fábricas de gesso.

Há casos em que os pais levam os filhos para auxiliá-los. O menino Tassiano Teixeira de Oliveira, 14, faz de tudo em uma das calcinadoras próxima a Araripina (700 km a oeste de Recife) e nem sequer tem salário.

Oliveira carrega sacos, lenha e ferramentas pesadas oito horas por dia. Para a empresa, ele não existe. Ele passa muito próximo a fornos toscos, uma rotina de constante risco de acidente. Não usa máscara.

Respira o pó de gesso como se fosse o mais puro oxigênio do planeta. Não sabe, por exemplo, que um ano após esse tipo de trabalho sem proteção as pessoas podem contrair doenças pulmonares crônicas.

Pegando pesado

"Eu venho para ajudar meu pai que não aguenta fazer todo o serviço", diz o menino. "Ele já tem que ir aprendendo a pegar no pesado, porque nada na vida é fácil", afirmou o pai, Severino Teixeira de Oliveira, 38.

Alguns dos adolescentes são registrados e ganham adicional de

insalubridade.

Segundo o médico do trabalho, secretário de Saúde de Araripina e perito do Ministério do Trabalho, Salomão Jacó, o barulho das máquinas antigas das calcinadoras e o choque térmico dos trabalhadores são outras fontes de problemas de saúde na região.

Como os adultos, os adolescentes trabalham sem capacete, protetores auriculares, óculos, máscaras, luvas, aventais isolantes térmicos e botas. Essa realidade foi constatada pela Agência Folha em 8 das 56 calcinadoras do Araripe.

Claudinei de Souza, 17, usa um suposto bom argumento para estar carregando meia tonelada de placas de gesso por dia em uma fábrica de Araripina.

"Antes de trabalhar aqui eu fazia de tudo na roça. Um trabalho menos pesado do que esse. Só que eu nunca pegava em dinheiro. Aqui, eu tiro R\$ 45,00 por semana."

Em Trindade, médicos cubanos que desenvolvem o trabalho de saúde familiar, consultando pessoas de casa em casa, afirmam que em 40% dos doentes que eles atendem possuem problemas pulmonares.

Porém, dizem que não podem afirmar, com certeza, que o problema é uma consequência do pó do gesso. Queixam-se de falta de recursos para fazer exames laboratoriais mais sofisticados.

A insuficiência de dados é tamanha na região que o governo do Estado criou um programa para estruturar nas prefeituras o cadastramento de nascimentos, mortes e endemias.

O programa constatou que em Ouricuri, por exemplo, o índice de mortalidade infantil foi menor do que o do Japão entre 80 e 91, que é de 5 mortos para 1.000 nascidos. Com um controle mais razoável feito este ano, o índice de mortalidade infantil cresceu mais de dez vezes — 54 mortes de crianças com menos de até um ano para cada 1.000 nascidos vivos.

"Ainda estamos longe do ideal. Os dados da região ainda são anárquicos e não nos dão, em nenhuma área de saúde pública, conclusões confiáveis", disse o sanitarista Paulo Germano de Frias, 35, coordenador do Projeto Salva Vidas da Secretaria de Saúde do Estado.



Crianças descendentes de holandeses enegrecidas pelo carvão

Pequeno fazendeiro explora os filhos

da Agência Folha, no Sertão do Araripe

A tradição do trabalho familiar no sertão, criada há décadas pela miséria que ronda a região, faz até pequenos fazendeiros colocarem os filhos de até seis anos em trabalhos duros e perigosos, como o desmatamento e a fabricação de carvão.

Entre as dezenas de famílias nessa situação no sertão nordestino, está a de Severino Pereira da Silva, 55, proprietário de 77 hectares de terra em Trindade (PE).

Ele conta com o trabalho de Márcio, 6, Maciel, 7, Dário, 10, Nando, 12, e Jacira, 14. Essas crianças, todas loiras, um resquício das invasões holandesas ao nordeste no Brasil colonial, ficam negras, tingidas pelo pó do carvão durante o trabalho.

Entre pedaços de jurema (um arbusto) secos e tombados, Márcio, 6, carrega galhos até o forno.

Sacrifício

O sacrifício do trabalho na infância é um dos fatores que determinam a expulsão dos jovens sertanejos das propriedades familiares.

A prole de Severino Silva é um

exemplo. As três filhas que completaram 18 anos deixaram a fazenda. Uma trabalha na rodoviária de Ouricuri, outra em uma loja da mesma cidade, e amais velha, já com 28 anos, mora em São Paulo.

"Eu volto aqui então fico mais que dois dias", diz Najadi, 28. "Passei dias de cão nesse chão duro. Agora chega", continuou.

"Sem o trabalho deles não posso fazer quase nada. Eu comecei a trabalhar pesado nessa fazenda aos 7 anos. De lá para cá, nada mudou. Preferia que eles não trabalhassem", afirmou o pai.

Toda sua produção de carvão é clandestina, sem autorização do Ibama, que no ano passado tentou colocar 56 pequenos proprietários na cadeia por crime contra o meio ambiente, que prevê pena de dois a quatro anos de prisão.

O juiz de Trindade, Luiz Eduardo de Souza Neto, 33, já absolveu 33 deles. Os outros processos ainda não foram julgados.

"Vou absolver todos. O Ibama está se esquecendo que estamos diante de uma crise social. Se esse povo não vender a madeira que tem, vai sobreviver. O quê?", questiona o juiz.

Araripina (PE) para receber R\$ 50,00 por mês, menos da metade do salário mínimo vigente no país, que é de R\$112,00.

A exploração, o sol, a seca, a ignorância por nunca ter ido à escola, tiram a memória do rapaz, que não sabe seu próprio sobrenome e não tem registro de nascimento.

Agean só existe para sua família, para o dono da precária e pequena olaria e para o dono do boteco onde toma pinga.

Por falta de registro, ele não é considerado cidadão pernambucano, nordestino nem do Brasil. Está oficialmente fora do mundo. Seu mundo é a margem da BR-232, quilômetro 530, onde está a olaria, e o trecho de dois quilômetros de caatinga que liga o local de trabalho até sua casa.

Como tantos moradores do Sertão do Araripe, Agean é um cidadão sem pátria. O amassa-barro. O faz-tijolo. Leia trecho da conversa da Agência Folha com Agean:

Agência Folha - Como é seu no-

do seu pai inteiro?
Agean - Só sei que ele chama Zé.

Agência Folha - Você está na escola?

Agean - Nunca fui, não.

Agência Folha - Quanto você recebe pelo trabalho?

Agean - O homem me paga R\$ 2,00 para cada 500 tijolos que faço no dia.

Agência Folha - Dá para fazer mais de 500 tijolos por dia usando formas de apenas cinco tijolos?

Agean - Dá, não. Só faço 500 mesmo por dia.

Agência Folha - O que você faz com o dinheiro?

Agean - Dou quase tudo para a mãe e o resto tomo umas pingas.

Agência Folha - Você acredita em Deus?

Agean - Só posso acreditar nele.

Agência Folha - Se não tivesse de trabalhar, o que gostaria de fazer?

Agean - Queria ser jogador de futebol.

OUTROLADO

Trabalho é coisa de 'imbecil'

da Agência Folha, no Sertão do Araripe

ser de 56%, até o ano 2000.

O presidente do Sindicato dos Empresários do Gesso de Pernambuco, Josias Inojosa, admitiu que "pode haver" casos de adolescentes e crianças trabalhando em empresas do setor no sertão do Araripe, no extremo oeste pernambucano.

Inojosa disse que "isso é coisa de alguns empresários que são imbecis". Segundo ele, o setor não teria triplicado sua produção nos últimos 11 anos caso estivesse crescendo de maneira desordenada.

"A grande maioria dos empresários do gesso da região é coerente e sensível aos problemas sociais e não aceita o trabalho de criança. Temos as maiores empresas de cimento e gesso do país e do mundo instaladas na região e, com certeza, essas são cumpridoras das leis", afirmou.

Os produtores de gesso do Sertão do Araripe conseguiram, por meio de influência do vice-presidente Marco Maciel, que o governo federal taxasse a importação de gipsita. O imposto, que era de 6%, passou a

ser de 56%, até o ano 2000.

Com isso, os produtores locais pretendem conquistar também o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e planejam aumentar a produção de 1,2 milhão de toneladas de gesso por ano para 5 milhões de toneladas, nos próximos quatro anos. O curador da Infância e da Adolescência de Araripina, Francisco Cruz Rosa, 34, afirmou que é impossível punir exploradores de trabalho infantil na região, porque os governos federal e estadual não possuem centros de assistência especializados.

Segundo Cruz Rosa, pais que submetem seus filhos a trabalhos penosos poderiam ser punidos com a suspensão do poder pátrio. Segundo ele, a lei não pode ser aplicada porque o Estado não mantém na região do Araripe centros especializados de guarda das crianças.

"Tenho reiterado pedidos de colaboração do Conselho Municipal da Infância e da Adolescência no sentido de que encaminhem e procurem denúncias ao Ministério Público", afirmou.

JANIO DE FREITAS

Cassino Brasil

Os jogos de azar continuam legalmente proibidos, mas livres e bancados, sobretudo, por entidades oficiais ou oficiosas. A Caixa Econômica Federal é, antes de mais nada, um grande cassino, explorando a aposta em números impressos tão caracterizável como jogo de azar quanto, entre muitas outras, a aposta nos números da roleta. O exemplo do governo federal foi bem seguido pelos governos estaduais, daí resultando que o Estado é o maior dos contraventores. O que talvez explique a semelhança de tantos dos seus representantes com os contraventores mais conhecidos como banqueiros do bicho.

Várias TVs e rádios, sendo todas sempre fiéis aos rumos governamentais, adotaram o jogo, com diferentes sistemas de apostas, e hoje são verdadeiros cassinos eletrônicos. Com um agravante: põem o cassino dentro das casas, ainda que os espectadores queiram ver apenas um joguinho de futebol. E com isso criam a oportunidade de faturar, não só com os incautos de sempre, mas até com apostas telefônicas de crianças seduzidas pela insistente proposta de ganhar um carrão. A criança topa tudo, não papa nada e os pais pagam os telefonemas extorsivos.

Há pouco foi divulgado o interesse da Confederação Brasileira de Futebol, a CBF já rica como ela só, em espalhar pelo Rio uma rede de máquinas de videoloteria. Uma rede de cassininhos, que não é outra coisa, a ser estendida a outras capitais populosas. E agora o Comitê Olímpico Brasileiro quer instalar centenas de máquinas de jogo a dinheiro nos lugares cariocas com frequência pública.

Mas o jogo continua legal-

de ministro da Educação para instituir o tal provão, o exame extra-escolar para avaliação dos cursos, mas não dos alunos. Tomado agora de furor ministerial, porque a UNE faz campanha contra o comparecimento, Paulo Renato diz que quem faltar ao provão não receberá o diploma de formatura.

Que ótimo general-ministro da ditadura teria dado este economista que, só pôde ter sido por equívoco, frequentou a oposição à ditadura. Sua ameaça não tem base legal. E nem mesmo o ato que instituiu o provão, com a assinatura do próprio Paulo Renato Souza, pretendeu vinculá-lo à diplomação.

Vá lá que um ocupante do cargo de ministro não tenha idéia, vaga embora, do princípio geral das leis do seu país e nem mesmo dos condicionamentos legais do seu cargo. Mas, até prova em contrário, não custaria pensar um segundo sobre seus próprios atos, para não dar tamanhas mentais. A menos que o ímpeto de distribuir tamanhas se torne liberado com a suposição de poder dada pelo cargo efêmero e barato de ministro.

É disso que Paulo Renato dá mais um provão.

Sugestão do governo

Até que enfim chegou a vez dos coroas. Com a extinção, por Fernando Henrique Cardoso, das obrigações da empresa em benefício dos empregados que se aposentem, o melhor para os empregadores é preencher vagas com assalariados mais velhos. Ou seja, mais próximos da aposentadoria: a eventual redução da mão-de-obra e sua rotatividade normal ficarão, ambas, a custo zero ou próxima disso. A entrada dos jovens no cha-

PIAUI Fabricação de tijolos reúne pais e filhos, que ganham R\$ 13 por semana

Olarias empregam cerca de 800 'crianças do barro'



Crianças trabalham na fabricação artesanal de tijolos perto de Teresina (PI), sem direito a equipamentos de segurança e a assistência médica

FÁBIO GUIBU
da Agência Folha, em Teresina (PI)

Cerca de 800 meninos e meninas entre 4 e 13 anos de idade trabalham sem condições de segurança nas olarias situadas na zona norte de Teresina (PI).



ros, que representa os donos das olarias, o número de crianças nas fábricas equivale a um quarto do total de trabalhadores do setor.

“Isso é o retrato da estrutura do país”, diz o presidente da entidade, José Armando Cardoso, 32. “Se elas saírem daqui, não vão ter nem onde ficar.”

As “crianças do barro” seguem a rotina dos pais. Acordam de madrugada e, às 7h, iniciam a produ-

profissional futuro.

“As crianças precisam trabalhar para ganhar dinheiro e aprender logo o serviço”, diz a carregadora de tijolos Ana Natália Ribeiro do Carmo, 31, há 20 na profissão.

Carmo tem seis filhos e outros 27 parentes nas olarias —17 deles crianças e adolescentes. O mais novo é o sobrinho Francisco Cleyton Ribeiro da Silva, 4.

O menino passa o dia brincando

O presidente da Cooperativa de Oleiros diz que os proprietários das olarias —que funcionam há mais de 50 anos na região— não têm condições de pagar mais nem de registrar os trabalhadores.

“Se alguém fizer isso, quebra”, afirma. Segundo ele, o lucro líquido que uma olaria obtém com a venda de 30 mil tijolos —o suficiente para construir uma pequena casa de cinco cômodos— é de

Mas o jogo continua legalmente proibido — como convém que seja, mesmo.

Mais um provão

A inteligência de governantes é muito peculiar. O economista Paulo Renato Souza, por exemplo, usou o seu título

A entrada dos jovens no chamado mercado de trabalho já era difícil. Com as medidas do governo, as já adotadas e as prováveis, vai ficar muito pior. Mas a criminalidade está criando cada vez mais formas de prover a sobrevivência.

Prostituição cresce como alternativa

da Agência Folha, em Teresina

A prostituição infantil em Teresina cresce entre os meses de janeiro a junho, quando as atividades nas olarias da cidade cessam por causa das chuvas.

Nesse período, a água cobre a área onde é produzido o tijolo e obriga as cerca de 3.000 pessoas que sobrevivem do trabalho — entre elas 800 crianças — a procurar outras alternativas para a sobrevivência.

Segundo a Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Teresina, uma das alternativas que vêm se tornando frequente é a prostituição.

“As meninas vão para as regiões de motéis e os meninos, para o centro da cidade”, diz o presidente da entidade, Alci Marcos Ribeiro Borges, 30.

Nas olarias, o assunto é evitado e

a possibilidade de que a prostituição ocorra é apenas comentado com frases do tipo “ouvi dizer”.

O comportamento omissivo, afirmou Borges, está associado à necessidade de sobrevivência e ao rendimento proporcionado pelos programas, geralmente superior ao obtido pelos meninos e meninas nas olarias.

Poucas são as crianças, como Francisco das Chagas, 11, que conseguiram deixar o trabalho nas olarias e se dedicar aos estudos.

Francisco moldava e carregava tijolos até a semana passada, mas parou de trabalhar porque o avô conseguiu um emprego. “Para mim, ficou ótimo agora”, diz.

Borges acha que solução para o fim da exploração da mão-de-obra e da prostituição infantil passa por trabalhos de conscientização e por programas alternativos de geração de renda. (FÁBIO GUIBU)

Segundo pesquisa, 67,2% não estudam

da Agência Folha, em Teresina

Pesquisa feita pela DRT (Delegacia Regional do Trabalho) do Piauí revelou que 67,2% das crianças e adolescentes que trabalham nas olarias de Teresina não estudam.

Segundo o levantamento, ninguém tem carteira de trabalho assinada e a atividade é desenvolvida por eles, na maioria das vezes, em companhia de parentes.

A renda familiar média, informa o documento, varia de 1,5 a, no máximo, 2 salários mínimos (R\$ 224) por mês. A DRT ouviu 158 crianças e adolescentes com idades entre 6 e 17 anos, que trabalham nas olarias.

Segundo a delegada regional do Trabalho no Piauí, Audrey Magalhães, a pesquisa envolveu ainda crianças em outros setores. A DRT decidiu atuar, em primeiro lugar, com os catadores de lixo. “São os que vivem em situação mais degradante”, justificou.

Desde o dia 14, 39 crianças do lixão de Teresina participam de um programa de bolsa-escola, oferecido pela DRT, governo do Estado e prefeitura local.

Nos próximos cinco meses, cada família deverá receber R\$ 50,00 por mês para manter o filho na escola. Durante esse período, serão oferecidos cursos sobre formas alternativas de renda. (FG)

zona norte de Teresina (PI). As “crianças do barro”, como são conhecidas, moldam, transportam, empilham tijolos e, pelo serviço — que pode se representar jornadas de trabalho de até dez horas diárias —, recebem em média R\$ 13,00 por semana.

Nas cerca de cem fábricas artesanais da região, ninguém tem direito à assistência médica nem a equipamentos de segurança. Não há contratos de trabalho e a remuneração depende da produção.

Segundo a Cooperativa dos Olei-

drugada e, às 7h, iniciam a produção. Homens cavam a terra com pás. Mulheres e filhos moldam a lama, transportam e empilham os tijolos até anoitecer.

Como não há contrato, os trabalhadores migram de olaria em olaria à procura de serviço.

Exploração

O sistema faz com que as famílias confundam a exploração da mão-de-obra infantil com trabalho e associem o início precoce na atividade a um sinal de sucesso

O menino passa o dia brincando com um triciclo e imitando os parentes que carregam tijolos. Ele já consegue transportar até dois deles nas mãos.

“Todo mundo aprende cedo e depois não pode parar, porque, senão, prejudica a família”, diz Carmo. “O dinheiro que as crianças ganham ajuda muito.”

Lucro

Para o homem, o trabalho rende em média R\$ 50,00 por semana. A mulher recebe cerca de R\$ 25,00.

na casa de cinco cômodos — é de R\$ 400,00.

Para a produção de 30 mil peças, as fábricas utilizam a mão-de-obra de aproximadamente sete homens, cinco mulheres e três crianças durante uma semana. Pelo trabalho, pagam R\$ 520,00.

A maior loja de materiais de construção de Teresina, a Casa Nova, paga às olarias R\$ 1.500,00 pela mesma quantidade de tijolos. A diferença entre o custo da mão-de-obra e o valor da venda do produto é de quase R\$ 980,00.

DIAGNÓSTICO

Menores de 14 anos que trabalham são 3,8 mi

da Sucursal de Brasília

O Brasil ignora a proibição ao trabalho de menores de 14 anos prevista nos artigos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da Convenção 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar) de 95 indica que o número de crianças de 5 a 14 anos que trabalham chega a 3,8 milhões.

Se forem levados em conta também os adolescentes de 15 a 17 anos, o total chega a 8,8 milhões.

Isso significa que 3,2% de todas as crianças brasileiras entre 5 e 9 anos têm empregos. Na faixa etária de 10 a 14 anos, 21,6% — 1 em cada 5 — são trabalhadores.

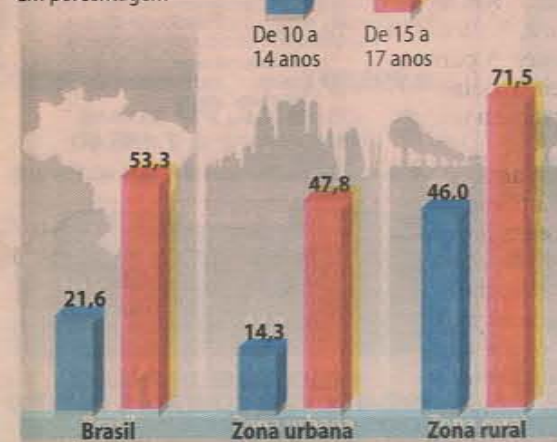
O trabalho infantil é predominantemente rural e a maioria das crianças não frequenta mais a escola.

A pobreza é apontada como causa principal do trabalho infantil. Mas os Estados que mais empregam crianças entre 5 e 9 anos, por exemplo, são Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Eles abrigam quase a metade dos menores de 9 anos que trabalham.

O trabalho infanto-juvenil no Brasil

Taxa de atividade

Em porcentagem



Distribuição do trabalho

Em porcentagem



Rendimento médio mensal (*) por região e ramo de atividade

Região	Rendimento médio mensal (*)		Ramo de Atividade	Rendimento médio mensal (*)	
	De 10 a 14 anos	De 15 a 17 anos		De 10 a 14 anos	De 15 a 17 anos
Brasil	0,2	0,7	Agrícola	0,1	0,3
Norte	0,3	0,7	Indústria de transformação	0,5	1,1
Nordeste	0,1	0,3	Construção civil	0,5	0,9
Sudeste	0,4	0,9	Comércio	0,3	0,9
Sul	0,2	0,8	Serviços	0,3	0,6
Centro-Oeste	0,3	0,8	Outras atividades	0,5	1,0

* em salários mínimos. Fonte: Pnad 1993

Carga de trabalho semanal infanto-juvenil

Em porcentagem



Fonte: Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar-IBGE)

Distribuição regional das crianças de 5 a 9 anos que trabalham

Em porcentagem

